

# Sarney apela ao Conselho da República

VALDIR MESSIAS



Carneiro, ao lado dos demais líderes, recebeu apelo de colaboração para superação da crise política

O presidente José Sarney promoveu ontem reunião informal do Conselho da República, instituição prevista pela nova Constituição, para advertir as principais lideranças do Congresso que a aprovação da vinculação das aposentadorias ao novo salário mínimo — fixado pelo Congresso em 120 cruzados novos e ainda não sancionado pelo Presidente — representaria uma despesa a mais de sete bilhões de dólares ou 3,5 por cento a mais no já alto déficit público brasileiro. Isso sinalizaria a hiperinflação no País.

Os líderes do PMDB no Senado e na Câmara, presentes à reunião, senador Ronan Tito e deputado Ibsen Pinheiro, deixaram claro que não estão autorizados por seus liderados a concordar com a não vinculação, nos termos da medida provisória nº 63, baixada pelo presidente Sarney. Ronan disse que o PMDB está enfrentando difícil disputa eleitoral este ano, já tendo adversário “que promete o céu e o paraíso”. Lembrou que são 11 milhões de aposentados ou 11 milhões de votos, que o PMDB não pode desprezar.

## PATÉTICO

A reunião começou às 11h e só terminou às 14:10 horas, sem intervalo para almoço. Além de Sarney, estavam presentes os presidentes da Câmara e do Senado, Paes de Andrade e Nelson Carneiro, os líderes do PMDB nas duas Casas, senador Ronan Tito e deputado Ibsen Pinheiro, os líderes do PFL, senador Marcondes Gadelha e deputado José Lourenço, o líder do Governo, Luis Roberto Ponte e os ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, do Planejamento, João Baptista de Abreu, da Justiça, Oscar Corrêa, do SNI, general Ivan de Souza Mendes, e Ronaldo Costa Couto, da Casa Civil.

Inicialmente, o Presidente da República fez uma exposição analisando a situação econômico-financeira para sustentar que o Brasil tem resistências para evitar um mergulho na hiperinflação, não apenas pela vitalidade de sua estrutura econômica e de seu parque industrial, muito mais sólido que o da Argentina, como porque é considerado excelente o desempenho do setor privado, verificando-se intensas exportações, alto nível de emprego e um movimento comercial acima do razoável.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, disse que não se pode comparar a situação brasileira com a Argentina, cuja economia sofre um processo de dolarização há pelo menos dez anos. Temos uma grave crise fiscal que, assim mesmo, não se assemelha à do país vizinho, pois, enquanto o déficit desta é de 15 por cento do PIB, o nosso é de 5 por cento.

Assim mesmo, reconheceram o Presidente e seus ministros da área econômica que houve queda sensível na receita fiscal, enquanto as despesas subiram consideravelmente. Admitiram que houve um crescimento expressivo do mercado informal, larga utilização do “caixa dois”, resultando em baixa arrecadação. Ao mesmo tempo, a nova Constituição criou vinculações orçamentárias, aumentou as transferências de re-

ursos para os Estados e gerou mais benefícios orçamentários.

Como era de se esperar, falou-se igualmente nas dificuldades geradas por grandes dívidas externa e interna. A razão principal da convocação de todos era procurar reverter essa expectativa de suposto conflito continuado entre o Executivo e o Congresso, que já ficou incutido na opinião pública, contribuindo consideravelmente para agravar a situação brasileira.

Tanto Sarney quanto Mailson sustentaram que o conflito entre Executivo e Congresso só agrava a situação já difícil do País, na medida em que gera a expectativa de que o desentendimento dos dois poderes cria um impasse, uma vez que os congressistas se recusam sistematicamente a aprovar medidas propostas pelo Governo.

Mailson sustentou que a hiperinflação sempre costuma nascer de um estado de espírito dentro da sociedade, enfatizando que certamente a melhoria das relações entre Executivo e Legislativo contribuiria para melhorar o ambiente, aliviando a situação crítica. As lideranças procuraram mostrar que não é tão profundo esse conflito, revelando que o Congresso aprovou quase todas as medidas provisórias baixadas pelo Governo, com exceção das de nºs 13, 25 e 26.

O Governo anunciou que vai criar um novo indexador — a BTN fiscal — além de adotar novas medidas para melhorar a receita tributária.

Se o Congresso rejeitar essa medida provisória e mantiver a vinculação, criará uma despesa a mais de sete bilhões de dólares — e igualmente 3,5 por cento a mais no déficit fiscal, o que sinalizaria a hiperinflação, de acordo com o Presidente e os ministros da área econômica. Os líderes Ronan Tito e Ibsen Pinheiro deixaram claro que o PMDB mantém a disposição de vincular as aposentadorias ao salário mínimo, acreditando que seja possível criar outras fontes de custeio para o sistema previdenciário.

Sarney procurou mostrar aos líderes que, se o Congresso partir para rejeitar sua medida provisória, será obrigado a vetar o salário mínimo de 120 cruzados novos (deixaria em 90 cruzados novos e mais um abono de 30 cruzados novos). “Será um ato cruel penalizar os que ganham menos para beneficiar os que ganham mais”, advertiu o Presidente.

O líder Ronan Tito sustentou que o Governo poderia criar fontes de receita se fosse adotada medida conjunta, com o apoio do Congresso, acabando com todas as renúncias fiscais — todas as formas de subsídios — até o dia 15 de março de 1989, quando toma posse o futuro presidente da República. Segundo Ronan isso representaria um acréscimo de receita da ordem de 16 bilhões de dólares ou 5 por cento do Produto Interno Bruto.

Na opinião de importantes líderes do PMDB, a reunião terminou “empatada”. Esses líderes acham que Sarney montou aquele cenário para impressionar as lideranças com uma perspectiva de sinistro. “Vamos marchar para criar alternativas”, disse um deles.